# SUMÁRIO

**Capítulo I – Desenvolvimento histórico-jurídico da arbitragem no direito brasileiro e estrangeiro** ..... 1

1. Breves considerações históricas ..... 1
2. A arbitragem no cenário internacional ..... 11
3. Análise da arbitragem no direito estrangeiro ..... 17
   - 3.1. Alguns sistemas jurídicos originários da *civil law* ..... 18
     - 3.1.1. *Civil law* – breves considerações ..... 18
     - 3.1.2. Breves considerações sobre o instituto da arbitragem em países da América Latina ..... 19
     - 3.1.3. Países da Europa continental ..... 21
   - 3.2. Sistemas jurídicos originários da *common law* ..... 24
     - 3.2.1. *Common law* – breves considerações ..... 24
       - 3.2.1.1. Inglaterra ..... 30
       - 3.2.1.2. Estados Unidos da América ..... 32
   - 3.3. A arbitragem no Código Tipo para a Ibero-América ..... 33
4. O insucesso do instituto da arbitragem no Código de Processo Civil de 1973 ..... 35
5. A arbitragem e o Código de Processo Civil de 2015 ..... 38
6. Anteprojetos e projetos de lei que antecederam a Lei 9.307/1996 ..... 42
7. A Lei de Arbitragem, seu regime jurídico e as principais modificações com o advento da Lei 13.129/2015 ..... 44
8. A eficácia da Lei 9.307/1996 e da Lei 13.129/2015 no tempo e no espaço ..... 46
9. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil em jurisdição arbitral? ..... 46

**Capítulo II – Acesso à justiça e à jurisdição arbitral** ..... 51

1. A crise do processo e da jurisdição estatal ..... 51
2. As tendências universais do processo civil contemporâneo e as formas alternativas de resolução de conflitos (*Alternative Dispute Resolution – ADR*) ..... 60

2.1. Noções introdutivas: "*Alternative Dispute Resolution – ADR*", o Projeto Florença e os equivalentes jurisdicionais ..... 60
2.2. Métodos diversos de heterocomposição ..... 67
2.2.1. Peritagem e avaliação vinculantes ..... 67
2.2.2. *Rent-a-judge* ..... 67
2.2.3. *Court-annexed arbitration* ..... 68
2.2.4. *Baseball arbitration* ..... 68
2.2.5. *Arbitration night baseball* ..... 68
2.2.6. *Arbitration bounded* ..... 68
2.3. Justiça coexistencial e métodos de autocomposição ..... 69
2.3.1. *Dispute Review Board (DRB)* ..... 69
2.3.2. *Mini-trial* ..... 71
2.3.3. *Authorized representative* ..... 72
2.3.4. *Early Neutral Evaluation – ENE* ..... 72
2.3.5. *Neutral Fact-finder* ..... 73
2.3.6. *Summary jury trial* ..... 73
2.3.7. *Confidential listener* ..... 74
2.3.8. *Joint fact-finder* ..... 74
2.3.9. *Focused group* ..... 75
2.3.10. *Court-annexed mediation* ..... 75
2.3.11. *Non-binding arbitration* ..... 76
2.3.12. *Arbitration incentive* ..... 76
2.3.13. *Ombudsman* ..... 76
2.3.14. Portais ou programas para recebimento de reclamações e apoio voltados à resolução de conflitos ..... 77
2.4. Métodos híbridos ..... 78
2.4.1. *Mediatio-arbitratio* ..... 78
2.4.2. *Arbitratio-mediatio* ..... 79
2.5. O Brasil e o movimento da prevenção e solução extrajudicial de litígios ..... 80
3. Arbitragem, arbitramento, peritagem, avaliação, negociação, transação, conciliação e mediação. Distinções e similitudes ônticas ..... 86
4. Arbitragem e acesso à justiça ..... 104
5. Escopos e importância da arbitragem nos cenários nacional e internacional ..... 109
6. Algumas considerações sobre a arbitragem regulada na Lei 9.307/1996 e na Lei 9.099/1995 ..... 115
7. Natureza jurídica da arbitragem ..... 117

8. O princípio da inafastabilidade da jurisdição estatal e o regime jurídico da arbitragem ..... 125
9. Da constitucionalidade dos arts. 6º, 7º, 41 e 42 da Lei 9.307/1996 ..... 129
10. Jurisdição arbitral × jurisdição estatal: "vantagens" e "desvantagens" ..... 134
11. Princípios processuais aplicáveis à jurisdição privada ..... 137

**Capítulo III – Requisitos de admissibilidade do juízo arbitral** ..... 139

1. Introdução ..... 139
2. Das pessoas que podem convencionar a arbitragem ..... 140
3. Objeto litigioso no juízo arbitral ..... 148
   3.1. Arbitragem e conflitos de família ..... 149
   3.2. Arbitragem, direito sucessório e partilha de bens ..... 150
   3.3. Arbitragem e direitos metaindividuais ..... 152
   3.4. Arbitragem e título executivo extrajudicial ..... 154
   3.5. Arbitragem e recuperação judicial ..... 154
   3.6. Arbitragem e questões incidentais ..... 158
   3.7. Arbitragem e direitos da personalidade ..... 159
   3.8. Arbitragem e conflitos trabalhistas ..... 160
   3.9. Arbitragem e conflitos tributários ..... 164
   3.10. Arbitragem, direitos autorais e fonográficos ..... 167
4. Da convenção de arbitragem: cláusula compromissória e compromisso arbitral ..... 168
5. Cláusula compromissória em contrato de adesão e de consumo ..... 176
6. Efeitos da cláusula compromissória e a demanda prevista no art. 7º da LA ..... 186
7. Efeitos do compromisso arbitral ..... 192
8. "Terceiros" em sede arbitral ..... 197

**Capítulo IV – Dos árbitros** ..... 211

1. Quem pode ser árbitro ..... 211
2. Do número de árbitros ..... 212
3. Da escolha dos árbitros ..... 213
4. Requisitos para o desempenho da função e questões deontológicas ..... 232
5. Das exceções de caráter subjetivo – impedimento e suspeição ..... 235
6. Da recusa do árbitro ..... 241
7. Das escusas à nomeação ..... 242
8. Do falecimento e outros obstáculos ao exercício da função ..... 243
9. Da equiparação aos funcionários públicos para fins de responsabilidade ..... 243

**Capítulo V – Do processo e do procedimento arbitral** ..... 247

1. Da instauração do processo arbitral ..... 247
2. Momento processual oportuno para arguição das exceções ..... 250
3. O princípio *kompetenz-kompetenz* e conflitos de competência ..... 251
4. Conexão e continência ..... 264
5. Do procedimento arbitral, suas fases, das provas e da confidencialidade ... 271
   - 5.1. Do procedimento arbitral e suas fases ..... 271
   - 5.2. Das provas ..... 274
   - 5.3. Confidencialidade, privacidade, sigilo e segredo ..... 286

**Capítulo VI – Das tutelas provisórias** ..... 293

1. Abordagem sinóptica das tutelas provisórias no CPC e na Lei 13.129/2015 ..... 293
2. Tutelas provisórias: noções fundamentais ..... 294
3. Tutelas de urgência e sua função social ..... 296
4. Tutela provisória antecedente e sua eficácia ..... 297
5. Tutela provisória incidental ..... 304
6. Tutela provisória contra a Fazenda Pública ..... 311

**Capítulo VII – Da carta arbitral** ..... 315

1. Da comunicação entre árbitro e o juiz estatal e o princípio da cooperação ... 315
2. Objeto da carta arbitral ..... 316
3. Da competência e dos poderes do Estado-juiz para o cumprimento da carta arbitral ..... 317
4. Da observância do sigilo no cumprimento da carta arbitral ..... 319
5. Dos conteúdos de fundo e de forma da carta arbitral ..... 319
6. Da recusa de cumprimento da carta arbitral ..... 321
7. Do cumprimento e da devolução da carta arbitral ..... 322

**Capítulo VIII – Atos processuais e pronunciamentos arbitrais** ..... 323

1. Atos processuais arbitrais e sua classificação ..... 323
2. Pronunciamentos dos árbitros ..... 324
   - 2.1. Sentença ..... 324
     - 2.1.1. Noções fundamentais introdutórias ..... 324
     - 2.1.2. Elementos constitutivos da sentença arbitral ..... 325
     - 2.1.3. Natureza jurídica e classificação das ações e das sentenças ..... 331

2.1.4. Sentença parcial, sentença global e julgamento antecipado do mérito ..... 338
2.1.5. Princípios da congruência, da publicidade e da definitividade da sentença ..... 340
2.1.6. Sentença parcial e única ..... 342
2.1.7. Liquidação de sentença arbitral ..... 346
3. Decisões não terminativas ..... 350
4. Despachos ..... 350
5. Coisa julgada arbitral: limites objetivos e subjetivos da sentença arbitral ... 351
6. Sucessão e efeitos da sentença arbitral ..... 356
7. Questões prévias, preliminares e prejudiciais ..... 357
8. Da superveniência de fato independente ..... 364
9. Arbitragem de direito e de equidade ..... 365
9.1. Arbitragem de equidade ..... 365
9.2. Arbitragem de direito ..... 376
9.2.1. Arbitragem e precedentes judiciais ..... 379
9.2.2. Precedentes arbitrais ..... 393
10. Princípios gerais de direito, usos, costumes e regras internacionais de comércio ..... 394
11. Momento processual oportuno à prolação da sentença arbitral ..... 396
12. Do término do juízo arbitral ..... 396
13. Função da sentença arbitral ..... 397
14. Anulabilidade da sentença arbitral ..... 398

**Capítulo IX – Das despesas e da sucumbência** ..... 401
1. Das despesas do processo arbitral e da sucumbência ..... 401
2. Litigância de má-fé e seus efeitos ..... 405

**Capítulo X – Recursos e meios de impugnação** ..... 407
1. "Embargos de declaração" ..... 407
2. "Ação anulatória" e seus efeitos ..... 410
2.1. Subsidiariedade do controle estatal da sentença arbitral ..... 410
2.2. Do interesse e da legitimidade ..... 412
2.3. Ajuizamento e fundamentos da "ação anulatória" ..... 413
2.4. Ação anulatória fundada em violação da "ordem pública" ..... 417
2.5. Ação anulatória, litispendência, preclusão e coisa julgada ..... 419
2.6. Ação anulatória de sentenças parciais ..... 423

2.7. Efeitos da sentença proferida em "ação anulatória" ..... 425
2.8. Sentença *citra petita* e seus efeitos ..... 425
2.9. Multiplicidade de contratos e pluralidade de sujeitos: conexão e consolidação de arbitragens e ação anulatória ..... 428
2.10. Da renúncia à ação anulatória e aos meios de impugnação ..... 436
3. Da impugnação ao cumprimento de sentença parcial e final ..... 438
4. Outros meios de impugnação ..... 442

**Capítulo XI – Da execução da sentença arbitral** ..... 445
1. Eficácia da sentença arbitral e a força preponderante de seu comando ..... 445
2. Jurisdição e competência para a execução da sentença arbitral ..... 447
3. Regime executional da sentença arbitral ..... 448

**Capítulo XII – Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras** ..... 451
1. Sentença arbitral estrangeira ..... 451
2. Da competência para o reconhecimento da sentença arbitral estrangeira ..... 452
3. Requisitos para o reconhecimento da sentença arbitral estrangeira ..... 454
4. Da homologação e eficácia da sentença arbitral estrangeira em território brasileiro ..... 456
5. Do processo e do procedimento para o reconhecimento da sentença arbitral estrangeira ..... 457
6. Denegação da homologação. Vícios de fundo e forma ..... 458
7. Da execução da sentença arbitral estrangeira ..... 460

**Bibliografia** ..... 463

**Índice alfabético-remissivo** ..... 511

**Anexo – Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996** ..... 521